



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 1978

#### QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Senhores Deputados Valter Pietrângelo e Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (39); achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Antônio Facci, David Federmann, Egon Pudell, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Sampaio, Jayme Rodrigues Carvalho, Nilso Sguarezi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Aragão de Mattos Leão (15).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Rosário Pitelli**). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, Senhor Presidente, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, a remessa de expediente ao Senhor Governador Jayme Canet Júnior, solicitando as informações seguintes:

1 — Informar os nomes, as datas e as importâncias — dos funcionários públicos civis e militares do Estado, — que estão percebendo a Gratificação Por Conta de Risco de Vida, Saúde ou Fronteira.

2 — Informar qual o Ato Legal que obriga o Poder Público a efetuar o pagamento da referida gratificação à esses servidores.

3 — Informar se durante o ano de 1977 até a presente data, o Estado pagou a Gratificação Por Conta de Risco de Vida, Saúde ou Fronteira, em quantias acumuladas, para algum servidor civil ou militar.

4 — Se afirmativo o item terceiro, informar os nomes dos servidores, os totais das importâncias de cada um, o período a que se referem as gratificações, e os Atos Legais que determinaram os pagamentos.

Necessitamos das informações, como subsídios indispensáveis para o trabalho que daremos continuidade, no objetivo de sensibilizar o Chefe do Poder Executivo para que reconheça o direito legítimo e justo que têm mais de 12.000 (doze mil) servidores do Estado, civis e militares, de receberem a Gratificação do Terço Por Conta de Risco de Vida, Saúde ou Fron-

teira.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

#### INDICAÇÕES:

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Líder do MDB nesta Casa, indica o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para compor na qualidade de suplente especial que examina a Proposição n.º 538/77, referente à Emenda Constitucional, visando instituir contagem de tempo proporcional para efeito de aposentadoria do servidor público do Estado.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1978.

(a) ENÉAS FARIA

##### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Líder da ARENA e Governo indica o Sr. Deputado Ezequias Losso, para substituir o Sr. Deputado Erondy Silvério para fazer parte da Comissão Especial que examina a Proposição n.º 538/77 — referente à Emenda Constitucional que visa a contagem proporcional para efeito de aposentadoria do servidor público estadual.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1978.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

O SR. PRESIDENTE (**Rosário Pitelli**). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar do número reduzido dos ilustres colegas nesta Casa, eu não poderia deixar de falar nesta data, apresentando aqui um voto de saudades, ao inesquecível Presidente Vargas, como infelizmente, eu tenho feito todos os anos nesta data. (**Lê**):

"Senhor Presidente.

Quando vemos os caminhos que vem adotando os nossos líderes políticos, na condução dos problemas nacionais; quando vemos um Presidente e um futuro sucessor seu, tratarem de sucessões administrativo-políticas do País, e, conseqüentemente, dos Estados como se donatários de capitânias fossem, mais e mais reforçamos a nossa opinião de que o Brasil não possui estadistas. Pensamos mesmo que o último morreu em 24 de agosto de 1954.

Falamos de Getúlio Vargas, a quem tive a honra de privar de sua amizade e que, mesmo governando em um regime de força, com todo o autoritarismo inerente de um mandato excepcional, até 15 anos, deixou o Governo aclamado pelo povo brasileiro que o reconduziu em 1950 ao maior posto nacional.

Não iremos aqui cair na redundância de citar os benefícios que este político gaúcho deixou ao País, porque o povo sabe tão bem como nós o que lhe foi legado.

Queremos, isto sim, deixar patente que Getúlio, mesmo governando grande parte dos anos que esteve à frente da chefia da Nação, excepcionalmente, deixou indelevelmente marcada a sua personalidade de estadista.

Foi o político humano, governando sempre com a meta principal de que era o povo, a razão de sua permanência na Presidência da República e, como tal, somente ele é que o Governo

deveria dirigir as suas atenções.

Getúlio foi um ditador mas se compararmos esta ditadura com as últimas governanças que dirigiram os destinos deste País, poderemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que se dessem ao povo brasileiro o direito de opção, este afirmaria que seria bem melhor uma ditadura getulista do que uma democracia revolucionária como a atual, divorciada do cidadão, do agricultor e do empresário, servindo apenas a interesses escusos multinacionais.

Neste dia 19, Getúlio Vargas se vivo, completaria noventa e cinco anos de idade e a melhor prova de sua popularidade todos deverão verificar neste dia: as romarias: que o povo fará às suas efígies nas praças públicas deste nosso País. Vargas foi um homem que, ao mesmo tempo, chegou ao sacrifício da própria vida. Um homem que, ao mesmo tempo, disputou e elegeu-se senador por três Estados brasileiros, o que, mostra bem o grau de simpatia popular que obteve.

E hoje, nesta data, no momento em que toda a classe política brasileira esqueceu o maior de seus estadistas, este Deputado, requer à Presidência, seja inserido na ata dos trabalhos desta sessão, um voto de saudade pelo natalício de Getúlio Dornelles Vargas, um político olvidado pelos políticos, mas sempre presente nos corações da população nacional.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 1978."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto do momento é saudar, bajular o futuro Governador do Estado, o Sr. Ney Braga.

E nós pretendemos desta tribuna evidentemente, externar as nossas preocupações e a nossa opinião a respeito.

Tolhidos que fomos ontem em nosso discurso, nós temos aqui as notas taquigráficas Srs. Deputados e nós relembramos aqui algumas ocorrências trágicas que marcaram a passagem do Sr. Ney Braga, pela vida pública e paramos aqui no ano de 1963, quando falávamos sobre os incêndios generalizados que tomaram conta do Estado:

Pois bem, Srs. Deputados. Dando seqüência a essas informações, nós chegamos ao ano de 1965, quando o Paraná, em pleno Governo do Sr. Ney Braga, foi assolado, ou atingido por uma geada que acabou com quase tudo que ainda restava após a seca tenebrosa dos incêndios aterradores. Além, evidentemente, da geada de 1963.

Como Ministro da Agricultura, em 65-66, ocorreu aquela barbaridade que foi a erradicação do café, no nosso Estado do Paraná. E a sua comercialização, caiu também no ano de 1965-1966, no mais baixo nível da história da venda do café brasileiro.

Quando Senador, nos anos de 66 a 74, o Sr. Ney Braga apoiou e mais do que isso, chegou até a compor a equipe de trabalho do ex-governador Haroldo, e deu aquele crédito todo que a história registra e que todos nós conhecemos.

Como Ministro da Educação e Cultura, nos anos de 74 a 78, nós sabemos muito bem que a reforma do ensino foi um fracasso total e a nossa educação a cada dia vai mais a pique. O nível educacional, que está cada vez pior, e o abuso que se faz do ensino pago. A expoliação financeira que o MEC permite que se faça em nome da educação e do ensino, é realmente de desrespeitar e ofender a população do Brasil.

Ora, nós já dissemos aqui ontem, que até o dia 29 de dezembro, chovia no Estado do Paraná. Foi quando S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da República, Ernesto Geisel, procedeu a indicação do futuro Presidente, General Figueiredo e garantiu dessa forma, a presença do Ministro Ney Braga, como Chefe

do Poder Executivo do Paraná no próximo mandato.

Resultado: iniciou-se no Estado, a maior estiagem, trágica sobre todos os aspectos, porque evidentemente está colocando e já colocou até o nosso Estado em estado de calamidade pública, bem definido ontem pelo nobre e atuante Deputado Deni Schwartz.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso que haja a boa vontade, o respeito, a coerência; é preciso que a presença de Deus, possa efetivamente inspirar as decisões dos homens públicos. Para se bem governar, é necessário que se haja justiça mas, haja sobretudo a harmonia que concede e dá forças às lideranças de uma comunidade, para que essa comunidade possa conquistar os benefícios que requer e por justiça merece. Ora, com esse azar todo que tem marcado a passagem do Ministro Ney Braga pelos órgãos de Governo do País, nós estamos realmente em orações, pedindo a Deus que possa, desta vez, envolver a sua atuação para que o Paraná seja melhor. Mas nós estamos temerosos e duvidamos disto, porque se conduz através de um sistema ilegítimo, espúrio ao Governo do Paraná, o homem que já vai chegar ao posto envolvido por desavenças, por hostilidades, e até por ódio.

Sr. Presidente, concluindo, e Srs. Deputados, nós gostaríamos de sugerir até que S. Ex<sup>a</sup> o futuro Governador do Paraná fosse exorcizado, para que pudesse expelir os espíritos maus que o tem acompanhado nesta sua trajetória de homem público que a meu ver não fez absolutamente nada de notável.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Com a palavra o terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recentemente, um grupo de jovens do Paraná, talvez levados pelo entendimento expendido pelo eminente Secretário de Justiça, que certa ocasião tachou o MDB de alimentador, em outras palavras, as quais traduzo eu agora, como alimentador de idéias alienígenas, e que as idéias oposicionistas criavam certo tumulto no pensamento dos jovens, acontece que recentemente, um grupo de jovens, que fazem parte e que foram conduzidos ao Movimento Estudantil da Arena Jovem, se rebelou contra a cúpula do Partido. E ontem, recebi de um grupo deles, um manifesto de repúdio à cúpula partidária.

E na conversa, no diálogo, pude perceber, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estes rapazes, estes moços, idealistas, sinceros de coração, mas sem ter ainda percorrido os caminhos, os meandros da vida política, da vida pública e, principalmente, dos dias em que a sociedade brasileira está a contemplar este monumento de favoritismo, fizeram a divulgação de uma nota que, naturalmente, declaram a frustração com que estão vivendo ao lado do seu Partido.

E é para hipotecar solidariedade a estes jovens, moços idealistas, de coração puro e de vocação para o trabalho ordeiro, seguro, firme e decidido, buscando o bem estar da coletividade; este bem estar que, segundo as próprias declarações de um homem que será ungido ao Governo do Estado do Paraná, quando disse na sua entrevista que deu há poucos dias em Brasília que inventando já um outro binômio, não é mais segurança e desenvolvimento, mas é progresso e desenvolvimento social.

Nota-se que o próprio Ministro da Educação que vai ser conduzido, segundo se tem notícia, ao Governo do Paraná, já está adotando a mesma posição ideológica do MDB. E não é de estranhar, Sr. Presidente, porque o seu Senador Biônico, inclusive no passado, alimentava idéias que estão gravadas no programa de nosso Partido.

Mas sendo marginalizado pelo povo do Paraná, em eleição direta, que talvez tivesse um conhecimento mais profundo

de sua pessoa, adotou ser trãnsfuga dos partidos.

É hoje, é o homem que conduz a ARENA do Paraná.

Por outro lado também, deve estar orientando esses jovens. E justamente por isso, está trazendo frustrações no meio estudantil.

Esses estudantes, a quem tributo minha solidariedade, livre, aberta e francamente, sem o envolvimento do meu Partido, mas do ponto de vista pessoal, porque acho oportuno e necessário que conduzamos os jovens para o caminho da certeza, da afirmação e das boas ideologias. Que eles recebam, pelo menos deste Deputado, a solidariedade e apoio, ao mesmo tempo, o nosso repúdio à oligarquia política que perdura não só no Paraná mas em todo território brasileiro, há 14 anos.

Esta é a posição, Sr. Presidente, que queria colocar, aqui desta tribuna, e hipotecar solidariedade aos jovens e a minha repulsa aos métodos oligárquicos aplicados na política do Paraná.

Tem, esse grupo de jovens, da minha parte, a acolhida e o respeito por estarem transmitindo um pensamento público ao Paraná, de que, o que realmente ali se faz é apenas consolidar alguns nomes para as posições chaves da Nação, aproveitando-se a inexperiência dos mais moços.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Consulto as lideranças das duas bancadas se desejam fazer uso da palavra no horário que lhes é reservado. (Declinam)

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 39 Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, dei entrada à Mesa de requerimento que postula a inversão da Ordem do Dia, com preferência para algumas matérias. Parece, Sr. Presidente, que deveríamos nos ater, preliminarmente, a esse requerimento para passarmos, depois, a outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — A Mesa vai verificar.

A Mesa, respondendo à questão de ordem do Sr. Deputado Enéas Faria, esclarece que chegou mesmo a esta Presidência, o seu requerimento.

A Mesa colocará em discussão, em votação o requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, com o seguinte teor:

"O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inversão da Ordem do Dia da presente sessão, dando-se preferência às matérias com discussão encerrada em sessões anteriores, observando-se a ordem cronológica de chegada à Mesa, mantendo-se ainda, esta deferência enquanto existir matérias ainda sem deliberação pelas sessões que a esta se seguirem".

Em votação o requerimento subscrito pelo Deputado líder do MDB, Enéas Faria. Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) A Mesa atende a solicitação do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

(É procedida a verificação de votação)

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram se levantar. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram se levantar. (Pausa) 9 Srs. Deputados aprovam; 6 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela ordem) Solicito a V. Ex<sup>a</sup> seja feita a chamada nominal, para constatar se todos os que constam da relação, estão presentes à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) A Mesa defere. Após soar a campainha, solicita ao Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário que pro-

ceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados) (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) Responderam à chamada 27 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — ... (Pausa) ...

O SR. PRESIDENTE (Rosário Pitelli) — Esta Presidência aguarda a palavra do Sr. Deputado que a pediu. (Pausa)

REDAÇÃO FINAL — da Proposição nº 537/77, oriunda de Proposta de Emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Senhor Deputado LUIZ ROBERTO SOARES, dando nova redação aos artigos que especifica e inclui no Título V da referida Constituição, os artigos nºs 157, 158, 159, 160 e 161. —

#### REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO Nº 537/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

— A Constituição Estadual passa a vigorar com as seguintes alterações, incluindo-se em seu Título V o artigo 157:—

— O Art. 11 e seu § 1.<sup>o</sup> passam a ter a seguinte redação:  
Art. 11 — Não perderá o mandato o deputado investido em função de Ministro de Estado, Secretário de Estado ou Prefeito de Capital.

§ 1.<sup>o</sup> — Somente se convocará suplente no caso de vaga ou nos de investidura em função prevista neste artigo. Não havendo suplente, e tratando-se de vaga, far-se-á eleição para preenchê-la, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

— O inciso V do Art. 16 passa a ter a seguinte redação:  
Art. 16 ...

V — A Mesa encaminhará, por intermédio do Governador, somente pedidos de informação sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sobre fato sujeito à fiscalização da Assembléia Legislativa.

— O parágrafo 2.<sup>o</sup> do Art. 20 passa a ter a seguinte redação:

Art. 20 ...  
§ 2.<sup>o</sup> — Nos pedidos de informação, observados os requisitos do Art. 16, Inc. V, os Secretários de Estado deverão responder à Assembléia Legislativa, dentro de trinta dias.

— O Art. 22 fica acrescido de mais um inciso:

Art. 22 ...  
XVI — Compor o Colégio Eleitoral para a eleição do Governador, Vice-Governador e para o preenchimento de uma vaga, na renovação dos dois terços do Senado Federal.

— O parágrafo 2.<sup>o</sup> do Art. 24 passa a ter a seguinte redação:

Art. 24 ...  
§ 2.<sup>o</sup> — A proposta será discutida e votada em reuniões da Assembléia, dentro de noventa dias, a contar de seu recebimento em duas sessões, e considerar-se-á aprovada, quando obtiver em ambas votações, maioria absoluta dos votos dos membros da Assembléia Legislativa do Estado.

— Os parágrafos 5.<sup>o</sup>, 10 e 11 do Art. 41 passam a vigorar da seguinte forma:

Art. 41 .....  
§ 5.<sup>o</sup> — A Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas é constituída por Procuradores, com as mesmas garantias dos Auditores, nomeados pelo Governador, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de comprovada idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos.

§ 10 — O Tribunal de Contas apreciará para fins de registro, a legalidade das concessões iniciais de aposentadoria, reformas ou pensões, independentemente de sua apreciação as melhorias posteriores.

§ 11 — O Governador poderá ordenar a execução ou registro dos atos a que se referem o parágrafo anterior e a alínea "b" do § 8.<sup>o</sup>, mediante autorização da Assembléia Legislativa.

— O parágrafo 2º do Art. 42, passa a vigorar da seguinte forma, ficando suprimidos os parágrafos 3º e 4º:—

Art. 42 ...

§ 2º — A eleição do Governador e do Vice-Governador para mandato de quatro anos, far-se-á pelo sufrágio de um Colégio Eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal, obedecidas as seguinte formas:

I — O Colégio Eleitoral compor-se-á dos membros da Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais;

II — cada Câmara indicará, dentre seus membros, um delegado e mais um por duzentos mil habitantes do Município, não podendo nenhuma representação ter menos de dois delegados, admitindo-se o voto cumulativo;

III — o Colégio Eleitoral, disciplinado na legislação federal, reunir-se-á na sede da Assembléia Legislativa, no dia 1º de setembro do ano anterior àquele em que findar o mandato de Governador;

IV — será considerado eleito Governador o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta de votos;

V — se nenhum candidato obtiver maioria absoluta na primeira votação, esta será repetida; não se obtendo na segunda, a eleição dar-se-á na terceira votação por maioria simples;

VI — o candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado.

O Art. 45 passa a ter a seguinte redação:

Art. 45 — Vagando os cargos de Governador e Vice-Governador, far-se-á eleição, pelo processo estabelecido no § 2º do Art. 42, trinta dias depois de aberta a última vaga, e os eleitos completarão os períodos de seus antecessores.

— O Art. 57 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimidos seus parágrafos e incisos:

Art. 57 — O Ministério Público será organizado em carreira por lei estadual.

— O Art. 58 passa a ter a seguinte redação:

Art. 58 — Além das normas estabelecidas pela legislação federal, para a organização do Ministério Público, os seus membros ingressarão nos cargos iniciais mediante concurso público de provas e títulos; após dois anos de exercícios, não poderão ser demitidos a não ser por sentença judiciária ou em virtude de processo administrativo, em que se lhes faculte ampla defesa, nem removidos a não ser mediante representação do Procurador Geral, com fundamento em conveniência de serviço.

— O Art. 63 fica acrescido de mais um parágrafo:

Art. 63...

§ 4º — Nenhum concurso terá validade por prazo maior de quatro anos, contado da homologação.

— O Art. 79 e seus parágrafos passam a ter a seguinte redação:

Art. 79 — O servidor público estadual ou municipal, da administração direta ou indireta, exercerá o mandato eletivo, obedecidas as disposições deste artigo.

§ 1º — Em se tratando de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

§ 2º — Investido em mandato de Prefeito Municipal, será afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

§ 3º — Investido em mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade, aplicar-se-á a norma

prevista no § 1º deste artigo.

§ 4º — Em qualquer caso em que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato, o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

— O Artigo 86 passa a ter a seguinte redação:

Art. 86 — É vedada a participação dos servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas.

— O Art. 88 fica acrescido de mais um parágrafo, passando-se os §§ 1º e 2º a ter a seguinte redação:

Art. 88 ...

§ 1º — Na primeira instância a vitaliciedade será adquirida após dois anos de exercício não podendo o juiz nesse período, perder o cargo a não ser, por proposta do Tribunal a que estiver subordinado, adotada pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, ou dos integrantes do órgão especial a que alude o inciso V do artigo 144 da Constituição Federal.

§ 2º — O Tribunal de Justiça, ou o órgão especial previsto no inciso V do artigo 144 da Constituição Federal, poderá determinar por motivo de interesse público, em escrutínio secreto e pelo voto de dois terços de seus membros efetivos, a remoção ou a disponibilidade de juiz de categoria inferior, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, assegurando-lhe defesa, e, proceder da mesma forma, em relação a seus próprios juizes.

§ 3º — A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, em todos estes casos com os vencimentos integrais.

— Os incisos I e II do Art. 89 passam a ter a seguinte redação:

Art. 89 ...

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo um cargo de magistério superior, público ou particular e nos casos previstos nesta ou na Constituição Federal;

II — receber a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou custas nos processos sujeitos a seu despacho ou julgamento;

O Art. 91 passa a ter a seguinte redação, ficando suprimido o seu parágrafo único.

Art. 91 — Cabe privativamente ao Tribunal de Justiça, propor ao Poder Legislativo a alteração da organização e da divisão judiciárias, vedadas emendas estranhas ao objeto da proposta ou que determinem aumento de despesas.

— O Art. 92 passa a ter a seguinte redação, permanecendo inalterados o Inciso II e os §§ 1º e 2º: —

Art. 92 — Na organização da Justiça Estadual, será observada a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os dispositivos seguintes:

I — o ingresso na magistratura de carreira dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, realizado pelo Tribunal de Justiça, com a participação do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, podendo a lei exigir dos candidatos a prova de habilitação em curso de preparação para a magistratura; a indicação dos candidatos far-se-á, sempre que possível, em lista tríplice;

II ...

a) — apurar-se-á na entrância a antiguidade e o merecimento, a este em lista tríplice, sendo obrigatória a promoção do juiz que figurar pela quinta vez consecutiva em lista de merecimento;

b) — no caso de antiguidade, o Tribunal de Justiça somente poderá recusar o juiz mais antigo, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, ou dos que integrem o órgão especial a que se refere o Inciso V, do Art. 144 da Constituição Federal, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

c) — somente após dois anos de exercícios na respectiva entrância, poderá o juiz ser promovido, salvo se não houver com tal requisito, quem aceite ser promovido, ou forem recusados pela maioria absoluta dos membros do Tribunal de Justiça, ou do órgão especial, previsto no inciso V do art. 144 da Constituição Federal, candidatos que hajam completado o estágio.

§ 1º ...

a) — tribunais inferiores de segunda instância, observados os requisitos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

b) — juízes togados com investidura limitada no tempo, os quais terão competência para julgamento de causas de pequeno valor, e, de crime a que seja cominada pena de reclusão, e poderão substituir juízes vitalícios;

c) — justiça de paz temporária, competente para habilitação e celebração de casamento.

§ 2º ...

§ 3º — Os vencimentos dos juízes vitalícios, serão fixados com diferença não excedente de vinte por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada, não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores, assegurados a estes vencimentos, não inferiores aos que percebam os Secretários do Estado, não podendo ultrapassar, porém, os fixados para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

— O Art. 93 passa a ter a seguinte redação:

Art. 93 — A Justiça Militar estadual, tem como órgão de segunda instância o Tribunal de Justiça e, como órgão de primeira instância os Conselhos de Justiça, organizados na forma da lei federal, com competência para processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os integrantes da Polícia Militar.

— O Art. 96 fica acrescido de mais dois parágrafos e transformando o seu parágrafo único em 1º:—

Art. 96 ...

§ 1º — Os lugares reservados a membros do Ministério Público ou advogados serão preenchidos, respectivamente, por advogados ou membros do Ministério Público, indicados ao Governador em lista tríplice, organizada pelo Tribunal.

§ 2º — A lei poderá estabelecer, como condição à promoção por merecimento, a partir de determinada entrância, ou de acesso aos tribunais de segunda instância, pelo mesmo critério, frequência e aprovação em curso ministrado por escola de aperfeiçoamento de magistrados.

§ 3º — Nos casos de impedimento, férias, licença ou qualquer afastamento, os membros de qualquer tribunal, serão substituídos, sempre que possível, por outros de seus componentes, sem acréscimo de remuneração. A forma e os casos em que poderão ser convocados, para a substituição, juízes não pertencentes ao Tribunal, são regulados pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

— Os incisos I e II do Art. 101 passa a ter a seguinte redação:

Art. 101 ...

I — eleger seu Presidente e demais titulares de sua direção,

observado o disposto na Lei Orgânica da Magistratura Nacional;

II — elaborar seu Regimento Interno, respeitado o que preceituar a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e organizar os seus serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei.

Art. 106 ...

§ 1º — Ressalvadas as disposições em contrário, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, serão eleitos na mesma data das eleições gerais para deputados, por sufrágio universal e voto direto e secreto, com mandato de quatro anos.

§ 2º ...

§ 3º ...

§ 4º ...

§ 5º — Lei Complementar estabelecerá o número de vereadores às Câmaras Municipais.

— O Art. 107 fica acrescido de dois parágrafos, suprimido o seu parágrafo único:

Art. 107 ...

§ 1º — A remuneração dos vereadores será fixada pelas respectivas Câmaras Municipais para a legislatura seguinte, nos limites e segundo critério estabelecido em lei complementar federal.

§ 2º — É vedado ao vereador, no âmbito da administração pública direta ou indireta municipal, ocupar cargo em comissão ou aceitar, salvo concurso público, emprego ou função.

— O Art. 147 passa a ter a seguinte redação:

Art. 147 — Cessada a investidura no cargo de Governador, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, a título de representação, desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos, a uma remuneração mensal e vitalícia, igual ao vencimento do cargo de desembargador.

— O Título V fica acrescido do Artigo 157 e respectivo parágrafo único, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 157 — Na Organização Judiciária serão adotados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Magistratura Nacional, dentro de seis meses, contados a partir da vigência desta, ficando extintos os cargos de juiz substituto de segunda instância, qualquer que seja a sua denominação.

Parágrafo único — Os Juízes cujos cargos forem extintos, ficarão em disponibilidade com vencimentos integrais, até serem aproveitados, nos termos da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.

Sala das Comissões, em 17 de abril de 1978.

(aa) Augusto Carneiro, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator.

Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE (**Rosário Pitelli**) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando voto de saudação pelo natalício do Sr. Getúlio Dornelles Vargas. Em discussão.— **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações referente à gratificação por conta de risco de vida, saúde ou fronteira.— Em discussão.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Rosário Pitelli**) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Solicito à Mesa a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Rosário Pitelli) — A Mesa defere o pedido do Deputado Quielse Crisóstomo e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Rosário Pitelli) — Responderam à chamada 27 Srs. Deputados. Há "quorum" somente para prosseguimento da sessão.

A Mesa acrescenta na presença de hoje a presença do Deputado Francisco Escorsin. Responderam à chamada, portanto, 28 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento e deliberação nesta sessão.

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 168/77, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.", com sede e foro na cidade de Porecatu. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO 2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 04/78, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS — ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

REDAÇÃO FINAL - da Proposição nº 537/77. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, solicitando voto de saude pelo natalício do Senhor Getúlio Dornelles Vargas. — **Aprovado.**

A Mesa registra, com satisfação, a presença no Plenário, do Sr. Domingos Sávio Ramos de Lima, do Estado do Amazonas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários da Educação e das Finanças, encarecendo-lhes auxílio financeiro a fim de que sejam regularizados os pagamentos dos professores municipais de Capitão Leônidas Marques. — **Aprovado.**

Emenda Substitutiva ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação da Casa, em favor de uma anistia aos nossos irmãos brasileiros que foram atingidos por medidas nascidas da exaltação política. — Em votação o substitutivo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado pedido de informações à Secretaria de Educação e Cultura, com referência ao cancelamento de Concurso do Magistério Primário, após as inscrições procedidas em todo o Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine providências para a reabertura da Escola Isolada de Passaúna, localizada em Almirante Tamandaré. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a inclusão no plano de obras para o presente exercício, do asfaltamento da estrada que começa na divisa de Curitiba até Campo Magro e Bateias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Segurança Pública, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja construído um novo prédio para o funcionamento do DETRAN na cidade de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, encarecendo esclarecimentos sobre as normas e valores da cobrança de taxas nas ligações telefônicas interurbanas, não completadas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que Sua Excelência determine à Secretaria do Interior, que proceda negociações com emissoras de televisão interioranas, cedendo para utilização o Canal de Micro-ondas que chega até a cidade de Loanda, atendendo assim a região noroeste, bastante deficiente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópias de inteiro teor do pronunciamento feito pelo requerente, em Sessão Plenária de 04 de abril do corrente, aos Srs. Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Interior. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de cópias do pronunciamento feito da tribuna pelo requerente, ao Sr. Ministro da Justiça, e apelo no sentido de que reinstitua, em todo o País, as Guardas Cívicas, e determine um reestudo da organização policial dos Estados brasileiros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a decretação de estado de calamidade pública nas áreas atingidas pela seca. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente à Comissão de Financiamento de Produção, no sentido de que sejam liberados para venda aos agropecuaristas da região, através das cooperativas, os estoques de milho armazenados no sudoeste paranaense. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que seja transformada em Inspeção Regional de Ensino, a 13ª Inspeção Auxiliar de Ensino de Ribeirão Claro. — **Aprovado.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Ezequias Losso para substituir o Sr. Deputado Erondy Silvério, para fazer parte da Comissão Especial que examina a Proposição nº 538/77. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, para compor na qualidade de suplente especial, a Comissão Especial que examina a Proposição nº 538/77, que visa instituir contagem por tempo proporcional para efeito de aposentadoria do servidor público do Estado. — **Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.**

A Mesa tem a honra de anunciar a presença do Sr. Deputado Domingos Sávio Ramos de Lima, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. E anota que à S. Ex.ª, por deferência especial desta Mesa, será concedido três minutos para, em Explicações Pessoais, nos dar a honra de dar a sua palavra.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pie-



trângelo, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações com referência à gratificação por conta de risco de vida, saúde ou fronteira. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Rosário Pitelli) — Fica transferida a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Para explicação pessoal, a Mesa concede a palavra ao Sr. Deputado Domingos Sávio Ramos de Lima, do Amazonas. O SR. DOMINGOS SÁVIO RAMOS DE LIMA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queria apenas dizer que aqui me encontro com uma antiga filosofia de vida, "que o homem nasceu para ser feliz".

E o homem, à medida que necessitou, foi se estendendo para fora de casa, procurando transformar o lugar onde ele estava fora de casa, numa dependência de sua casa. Portanto, transformando aquilo também num lugar bom para viver.

E no Brasil de hoje, que conheço hoje, em todas as direções, só conheço um lugar em que o povo construiu um apartamento fora de casa para viver: a própria comunidade de Curitiba.

Curitiba é, no País, o maior exemplo de um lugar bom para a gente viver.

A preocupação nossa, ao percorrer o Brasil, por conta própria, fazendo um levantamento de tudo o que existe de técnico, em termos de recursos e substitutivos para o petróleo, estamos encantados com aquilo que Deus deu ao homem e, em especial, encantados com o homem brasileiro. Descobrimos que o "Rei Midas" que era o petróleo, e tudo o que tocou, nos últimos 40 anos, transformou-se em petróleo, em derivados de petróleo. O tapete que pisamos, as cadeiras que sentamos, as roupas que usamos, os combustíveis que utilizamos, o transporte, tudo, até o ar puro que respiramos é derivado do petróleo.

E Deus nos deu a capacidade de descobrir que uma das primeiras coisas que Ele fez ao homem foi "faça-se a luz". E a luz foi feita. E a luz é a maior fonte de energia do mundo.

O Brasil, hoje, dentro de suas capacidades, dentro dos cinquenta cientistas brasileiros espalhados em todo o País, que eu pude encontrar, que pude somar a área de cada um, estou muito feliz de estar aqui para poder dizer hoje, que o Brasil tem soluções próprias, tem capacidade tecnológica própria, tem recursos naturais próprios e não estamos diante de uma tragédia, mas sim, diante de um momento em que é necessário que esses cientistas se reúnam, como estamos querendo fazer no Amazonas, no dia 15 de maio e gostaríamos que o Brasil todo fizesse, para que esses cientistas provassem que o sol é uma fonte de energia renovável e eterna. Que o sol pode produzir a calefação de uma casa como esta, sem outro aparelho eletrônico, ou eletrodoméstico. Que o sol pode fazer a refrigeração das casas, lá no Amazonas, que são quentes, com a utilização do ar frio do solo. Que o sol pode produzir combustível como o álcool anidro e até o etil etano que é da aguardente do álcool etílico. O Sol pode produzir do lixo e da bio-massa daquela selva gigantesca da Amazônia, por exemplo, que é a maior fábrica de lixo do mundo.

E isso é um orgulho para o amazonense. Porque, sobrevoei a selva, às três e meia da manhã, e vi como, ao contáto com o sol, a selva injeta no ar o metano que, hoje, eu utilizo auxiliado por uma tecnologia da Índia que tem um milhão de residências domiciliares, utilizando o metano produzido por uma sabedoria milenar, que é a vaca que era sagrada. E o homem, na sua sabedoria, transformou-a numa coisa sagrada para seu conforto. O estrume é hoje disputado nas ruas da Índia, não para a Prefeitura limpar as ruas, mas pelo homem que o leva para o quintal para produzir o metano CH<sub>4</sub>.

E tantas fontes de energia que temos, e mais do que as fontes de energia, hoje temos os homens capazes de nos dizer que uma simples parede — como o Dr. Ênio Silveira, no Rio Grande do Sul, invertidos os tijolos e pintados de negro, são capazes de produzir calefação e água quente.

No Rio Grande do Sul, como pequenos canos d'água, ela produz água quente e que dá mais conforto, e que dá uma perspectiva de que o importante no Brasil não é discutir mais quanto se ganha, mas quanto se gasta necessariamente.

E essa fonte de energia também pode ser feita para produção de proteínas. Portanto, Senhores Deputados, eu fico muito feliz por estar aqui, embora atrapalhando o jogo que V. Ex.<sup>as</sup> gostariam de estar assistindo, mas eu também estou torcendo pelo Brasil e o meu jogo não termina hoje. O meu jogo vai muito longe. Ele começou em 1.969, quando chamavam-se "Profeta do Apocalipse", quando dizia que a gasolina de trinta e dois centavos, em menos de cinco anos, passaria para mais de cinco cruzeiros. Hoje o Apocalipse está aí.

Nós temos tudo. Nós precisamos de uma coisa que o Paraná pode dar mais do que o Amazonas. É o poder de sensibilização do apoio popular, da sensibilidade popular e de todos os termos que pressionaram das melhores formas o poder de decisão nacional, para que nós não fiquemos mais dependentes do estrangeiro, como fomos com o petróleo, quando consumimos de dez litros de gasolina, oito do estrangeiro, quando financiamos a produção de nutrientes no estrangeiro, e ainda partimos agora, para uma tecnologia nuclear.

Sou da Arena. Eu acho que cada um de nós deveria procurar ser um só partido, o partido de amor pelo Brasil, o partido de amor pela verdade, o partido de ser sensibilizada a decisão nacional para podermos fazer do Brasil, uma grande Curitiba, um lugar bom para a gente viver.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Rosário Pitelli) — Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Desejava, tão unicamente, registrando a presença muito honrosa para nós paranaenses, do eminente Deputado Sávio, representante da promissora terra do Amazonas, dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que honra esta Casa ouvir e recebê-lo nesta tarde.

E, ao registrar a presença de S. Ex.<sup>a</sup>, formular votos de que a campanha que desenvolve pelo imenso território nacional, visando a busca de tecnologia nossa e visando a localização das nossas potencialidades energéticas, haverão de fazê-lo credor imorredouro da gratidão dos brasileiros, ansiosos de encontrar soluções mais econômicas para propiciar à gente brasileira melhores dias de vida neste País que é imenso, que é rico, e que é próspero.

Que S. Ex.<sup>a</sup> leve a saudação modesta da Casa de Leis paranaense à sua gente, e que fique registrada a sua visita, como a visita que nos faz do povo irmão, aquele que nós admiramos e respeitamos por estar praticamente nas divisas e nas fronteiras deste gigantesco País, como sentinela avançada, para zelar pela nossa integridade territorial.

Fazemos votos de que a integração que já se iniciou, do Sul, do Norte, haja de ser feita e feita está sendo, Sr. Presidente, e à medida que nos aproximamos com as facilidades das comunicações, com as facilidades das vias de acesso, haveremos de nos tornar, cada vez mais solidários, cada vez mais amigos, na luta que todos encetamos por um Brasil mais próspero e mais feliz.

Receba, portanto, S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Deputado Sávio, o respeito, a amizade e a hospitalidade dos paranaenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Rosário Pitelli) A Mesa, hoje eventualmente ocupada por este Deputado, também se associa às manifestações de alegria e de apreço ao nosso ilustre visitante. O Sr. Deputado Sávio, um dos grandes estudiosos, um dos brilhantes parlamentares do Estado do Amazonas, também é irmão

do Sr. Vice-Governador do Estado.

Leve, portanto, em nome desta Mesa e, tenho a certeza, interpretando a vontade de todos os Srs. Deputados aqui presentes, de ambos os Partidos, a nossa alegria, a nossa satisfação e, acima de tudo, o desejo de que sua permanência em nossa cidade, seja coroada de pleno êxito.

Um grande abraço aos nossos companheiros Parlamentares do Estado do Amazonas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 20, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

#### **ATAS DAS COMISSÕES:**

##### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA ECONOMIA PARANAENSE**

Aos dezoito dias do mês de abril, de hum mil novecentos e setenta e oito, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-

-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Economia Paranaense. Presidida pelo Senhor Deputado Renato Bernardi, contou com a presença dos Senhores Deputados Lineu Turra, Deni Schwartz, Augusto Carneiro, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, e Adalberto Daros. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, passando o Secretário a proceder a leitura da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem observações. Nesta reunião, foi ouvido o depoimento do Pastor Gernote Gilberto Kirinos. Todo o conteúdo da reunião, o depoimento, qualificação do depoente perguntas e debates, foi registrado em notas taquigráficas, passando a tradução das mesmas a integrar a presente Ata. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião, marcando outra para amanhã, dia 20 de abril, no horário pré-estabelecido, ocasião em que será ouvido o depoimento do Engenheiro José Burigo. Da reunião extraída a presente Ata, que após lida e aprovada, será por mim e pelo Senhor Presidente assinada, para que produza os efeitos legais.

(aa) RENATO BERNARDI

Presidente

Alberto Carazzai Neto — Secretário